

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA № 19, DE 02 DE JULHO DE 2019 (Publicada no D.O.U. de 3 de julho de 2019)

Alterada pelas Portarias Secex nº 34, 05/09/2019; nº 38, de 07/10/2019; nº 16, de 18/03/2020; nº 34, de 03/06/2020; nº 55, de 09/10/2020; nº 64, de 26/11/2020; nº 95, de 10/06/2021; nº 101, de 16/07/2021 (Retificada no D.O.U. de 27/07/2021); nº 115, de 06/09/2021; nº 143, de 08/11/2021; nº 168, de 19/01/2022; nº 184, de 29/04/2022; nº 188, de 12/05/2022; nº 225, de 11/11/2022; nº 236, de 15/02/2023; nº 240, de 11/04/2023; nº 278, de 31/10/2023; e nº 296, de 08/02/2024.

Dispõe sobre a emissão de licenças, autorizações, certificados e outros documentos públicos de exportação por meio do Portal Único de Comércio Exterior do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX.

O Secretário de Comércio Exterior, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I, IV e XV do art. 91 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA EMISSÃO DE DOCUMENTOS DE EXPORTAÇÃO PELO MÓDULO DE LICENÇAS, PERMISSÕES, CERTIFICADOS E OUTROS DOCUMENTOS - LPCO DO PORTAL ÚNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR

Art. 1º As licenças, autorizações, certificados e outros documentos públicos exigidos para a realização de uma exportação, exceto os de natureza aduaneira, serão solicitados e emitidos pelo módulo de Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos (LPCO), do Portal Único de Comércio Exterior a que se refere o art. 9º-A do Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992.

Parágrafo único. O acesso ao LPCO dar-se-á pela Internet, por meio do endereço eletrônico "siscomex.gov.br".

Art. 2º O formulário de pedido de documento de exportação a ser emitido por meio do LPCO apresentará as seguintes informações, dentre outras que possam ser relevantes para cada caso:

- I nome e natureza do documento de exportação a ser solicitado;
- II órgão ou entidade emissora do documento de exportação;
- III base legal para a exigência do documento de exportação;
- IV requisitos para a obtenção;
- V Informações a serem prestadas pelo exportador;
- VI documentos complementares exigidos; e
- VII instruções para o preenchimento.
- §1º A relação das informações solicitadas para a emissão de cada documento de exportação por meio do LPCO se encontra no Anexo I.
- §2º As mercadorias sujeitas a exigências de documentos de exportação emitidos por meio do LPCO encontram-se arroladas no Anexo II.
- §3º Os Anexos I e II estão disponíveis no endereço eletrônico "siscomex.gov.br" e serão atualizados pela Subsecretaria de Facilitação de Comércio Exterior (SUFAC) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). (Redação dada pela Portaria Secex nº 34, de 2019)
- §3º Os Anexos I e II estão disponíveis no endereço eletrônico "siscomex.gov.br" e serão atualizados pelo Departamento de Promoção das Exportações, Cultura Exportadora e Facilitação do Comércio DPFAC da Secretaria de Comércio Exterior Secex. (Redação dada pela Portaria Secex nº 240, de 2023)
- Art. 3º O documento de exportação emitido por meio do LPCO compreenderá, no mínimo, os seguintes quesitos:
- I prazo de validade;
- II número de operações de exportação que podem ser realizadas ao seu amparo; e
- III obrigatoriedade do documento de exportação para a saída da mercadoria do território aduaneiro.

CAPÍTULO II DO TRATAMENTO ADMINISTRATIVO DO DOCUMENTO DE EXPORTAÇÃO EMITIDO POR MEIO DO LPCO

Art. 4º A regulamentação do órgão ou entidade emissora do documento de exportação emitido por meio do LPCO deverá dispor sobre os procedimentos e requisitos administrativos necessários à sua obtenção, observado o disposto neste capítulo.

Seção I Disposições Gerais

Subseção I

Da vinculação dos documentos de exportação emitidos por meio do LPCO

Art. 5º O documento de exportação deverá ser vinculado ao item da Declaração Única de Exportação (DUE) respectivo à mercadoria ou operação nela referida quando houver exigência de documento de exportação.

§1º A vinculação dar-se-á mediante a prestação da informação do número do documento em campo próprio do item da DUE a que se referir a exigência.

§2º Na hipótese de serem exigidos, para um mesmo item de exportação de uma DUE, mais de um documento de exportação, deverá haver a vinculação de cada documento, de forma independente, ao item da DUE.

§3º O órgão ou entidade competente poderá exigir a vinculação do pedido de obtenção do documento à DUE como condição para a emissão dele.

§ 4º Fica dispensada a vinculação do documento emitido por meio do LPCO à DUE quando se tratar da conversão de exportação em consignação em exportação definitiva. (Incluído pela Portaria Secex nº 64, de 2020)

Art. 6º É vedado o embarque de mercadoria para o exterior sem vinculação à DUE de documento de exportação emitido por meio do LPCO, quando a legislação impuser a obrigatoriedade da obtenção desse documento de exportação para a saída da mercadoria do território aduaneiro.

Subseção II

Das exigências apostas ao documento de exportação emitido por meio do LPCO

Art. 7º O órgão ou entidade anuente poderá apor exigências ao pedido de documento de exportação em razão de erro de preenchimento, incompletude ou outra pendência a ser sanada pelo exportador.

Subseção III Das alterações, retificações e prorrogações

Art. 8º Os documentos de exportação emitidos por meio do LPCO poderão, mediante pedido do exportador, ser alterados ou retificados desde que antes do desembaraço da primeira DUE a ele vinculada.

- §1º A prorrogação do documento de exportação emitido por meio do LPCO poderá ser solicitada depois do seu deferimento, mas antes do seu vencimento.
- §2º Regulamentação específica do órgão ou entidade anuente poderá admitir que o documento possa ser retificado ou alterado a qualquer tempo.
- §3º Os seguintes documentos de exportação podem ser alterados ou retificados a qualquer tempo.
- I Proex Financiamento e Proex Equalização, do Banco do Brasil (BB);
- II Documento de Financiamento Redução Certificada de Emissões (RCE), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- III Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar União Europeia (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton União Europeia (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017) e Cota Argentina Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991), da Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior (SUEXT). (Redação dada pela Portaria Secex nº 34, de 2020)
- III Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar União Europeia (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton União Europeia (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Argentina Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991), e Cota Paraguai Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 74, de 2020), da Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior (SUEXT). (Redação dada pela Portaria Secex nº 55, de 2020)
- III Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar União Europeia e Reino Unido (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton União Europeia e Reino Unido (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) União Europeia e Reino Unido (Regulamentos (CE) nº 616/2007, de 2007, nº 1246/2012, de 2012, Regulamento de Execução 2019/386, de 2019, Regulamento de Execução 2020/761, de 17 de dezembro de 2019, e The Customs (Tariff Quotas) (EU Exit) Regulations 2020, de 15 de dezembro de 2020), Cota Frango (Performance) União Europeia e Reino Unido (Regulamentos (CE) nº 616/2007, de 2007, nº 1246/2012, de 2012, Regulamento de

Execução 2019/386, de 2019, Regulamento de Execução 2020/761, de 17 de dezembro de 2019, e The Customs (Tariff Quotas) (EU Exit) Regulations 2020, de 15 de dezembro de 2020), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Argentina - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991), e Cota Paraguai - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 74, de 2020), do Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX); e (Redação dada pela Portaria Secex nº 236, de 2023)

III - Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite - Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar - União Europeia e Reino Unido (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton - União Europeia e Reino Unido (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) - União Europeia e Reino Unido (Regulamentos (CE) nº 616/2007, de 2007, nº 1246/2012, de 2012, Regulamento de Execução 2019/386, de 2019, Regulamento de Execução 2020/761, de 17 de dezembro de 2019, e The Customs (Tariff Quotas) (EU Exit) Regulations 2020, de 15 de dezembro de 2020), Cota Frango (Performance) - União Europeia e Reino Unido (Regulamentos (CE) nº 616/2007, de 2007, nº 1246/2012, de 2012, Regulamento de Execução 2019/386, de 2019, Regulamento de Execução 2020/761, de 17 de dezembro de 2019, e The Customs (Tariff Quotas) (EU Exit) Regulations 2020, de 15 de dezembro de 2020), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Argentina - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991), e Cota Paraguai - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 74, de 2020), do Departamento de Operações de Comércio Exterior - Decex; (Redação dada pela Portaria Secex nº 240, de 2023)

IV — E-Phyto, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). (Incluído pela Portaria Secex nº 64, de 2020)

IV – sob a administração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): (Redação dada pela Portaria Secex nº 95, de 2021)

- a) E-Phyto;
- b) Certificação para Café em Grãos; e-
- b) Certificação para Café em Grãos; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- c) Certificado Sanitário Vegetal (CSIV); e
- c) Certificado Sanitário Vegetal (CSIV); e (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- d) Declaração de Conformidade de Produtos para Alimentação Animal (DCPAA) Trânsito; (Incluído pela Portaria Secex nº 278, de 2023)

- e) DCPAA Solicitação de Certificado Sanitário Internacional (CSI); e (Incluído pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- f) Certificação para animais vivos, produtos de origem animal, insumos, medicamentos veterinários e afins; e (Incluído pela Portaria Secex nº 296, de 2024)
- V Seguro de Crédito à Exportação (Pós-Embarque) e Seguro de Crédito à Exportação Defesa e Garantias (Pré-Embarque) sob competência da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior SE-Camex e operacionalizado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. ABGF. (Redação dada pela Portaria Secex nº 240, de 2023)
- V Seguro de Crédito à Exportação (Pós Embarque) e Seguro de Crédito à Exportação Obrigações contratuais (Pré-Embarque) sob competência da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior e operacionalizado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. ABGF. (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)

Seção II Das regras do tratamento administrativo

Subseção I

Dos documentos de exportação a serem emitidos por meio do LPCO antes do desembaraço da DUE

- Art. 9º Os seguintes documentos de exportação devem ser vinculados à DUE antes do desembaraço:
- I Certificado Processo Kimberley (Lei nº 10.743, de 09 de outubro de 2003), da Agência Nacional de Mineração (ANM); (Redação dada pela Portaria Secex nº 184, de 2022)
- II Licença de Exportação, da Agência Nacional de Petróleo (ANP);
- III sob a administração da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA): (Redação dada pela Portaria Secex nº 64, de 2020)
- a) Registro de Medicamentos do tipo Autorização de Fabricação para Fim Exclusivo de Exportação (AFEX);
- b) Autorização de Exportação (AEX);
- c) Autorização Especial (AE);
- d) Terapia Avançada; e
- e) Sangue e Hemocomponentes. (Redação dada pela Portaria Secex nº 101, de 2021)

- IV Licença de Exportação Mineral, Licença de Exportação de Equipamentos Emissores de Radiação, e Licença de Exportação de Fontes de Radiação, da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);
- V Licença de Produtos da Faixa Verde, da Faixa Amarela e da Faixa Vermelha, e Autorização de Exportação de Produtos Controlados pelo Exército para Provisão de Bordo, da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC); (Redação dada pela Portaria Secex nº 38, de 2019)
- VI Licença Restritiva, Licença Não-Restritiva Lista VII, e Licença Não-Restritiva, da Polícia Federal; (Redação dada pela Portaria Secex n 64, de 2020)
- VII Licenças de Exportação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama):
- a) de Peixes de Águas Continentais;
- b) de Peixes de Águas Marinhas;
- c) de tora ou madeira serrada acima de 250mm de espessura, de espécies nativas;
- c) de madeiras em tora de espécies nativas, de madeira serrada acima de 250 mm de espessura de espécies nativas e de lenha de espécies nativas, de resíduos de processamento industrial de madeira; (Redação dada pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- c) de tora, madeira acima de 250mm de espessura e de lenha, de espécies nativa; (Redação dada pela Portaria Secex nº 115, de 2021)
- d) de substâncias que destroem a Camada de Ozônio (Protocolo de Montreal, Decreto nº 99.280, de 7 de junho de 1990); (Redação dada pela Portaria Secex nº 64, de 2020)
- e) de Carvão; e
- e) de carvão vegetal de espécies nativas; (Redação dada pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- f) de espécimes, produtos e subprodutos da flora silvestre brasileira e exótica constantes nos anexos da Convenção Internacional sobre o Comércio das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites), e espécimes, produtos e subprodutos da fauna silvestre e exótica, constantes ou não nos anexos da Cites; (Redação dada pela Portaria Secex nº 64, de 2020)
- f) de espécimes, produtos e subprodutos: (Redação dada pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- f.1) da flora silvestre brasileira e exótica constantes nos anexos da Convenção Internacional sobre o Comércio das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites); e

- f.2) da fauna ou da flora silvestres brasileiras e exóticas, constantes ou não nos anexos da Cites;
- f.2) da fauna silvestre brasileira e exótica, constante ou não nos anexos da Cites; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 115, de 2021)
- f.2) da fauna silvestre brasileira e exótica, constante ou não nos anexos da Cites; (Redação dada pela Portaria Secex nº 225, de 2022)
- g) de Madeiras de Espécies Nativas. (Incluído pela Portaria Secex nº 115, de 2021)
- g) de madeiras de espécies nativas; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 225, de 2022)
- h) de espécimes, produtos e subprodutos de tubarão e cação. (Incluído pela Portaria Secex nº 225, de 2022)
- VIII sob a administração do MAPA; (Redação dada pela Portaria Secex nº 64, de 2020)
- a) Certificado Sanitário de Produtos de Origem Animal;
- b) Certificado Fitossanitário de Castanhas e Amendoim com destino à União Europeia;
- c) Certificação para Produtos de Origem Vegetal;
- d) Certificação para Produtos de Origem Vegetal de Comércio Fronteiriço e Remessa Expressa (DRE);
- d) Certificação para Produtos de Origem Vegetal de Comércio Fronteiriço e Remessa Expressa (DRE); (Redação dada pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- e) Certificação para Café em Grãos; e (Incluído pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- e) Certificação para Café em Grãos; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- f) Certificado Sanitário Vegetal (CSIV); (Incluído pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- f) Certificado Sanitário Vegetal (CSIV); e (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- g) DCPAA Solicitação de CSI; (Incluído pela Portaria Secex nº 278, de 2023) (Revogado pela Portaria Secex nº 296, de 2024)
- IX Licença de Exportação da Área Química, da Área Nuclear, Mísseis e Biológica, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); (Redação dada pela Portaria Secex nº 64, de 2020)
- X Pedidos de Exportação de Produtos de Defesa, do Ministério da Defesa (MD);

XI - Autorização de Saída de Bens Arqueológicos para Análise ou Exposição, Declaração de Saída de Bens Culturais, e Autorização de Saída Temporária de Bens Acautelados, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); e (Incluído pela Portaria Secex nº 34, de 2019)

XII - Licença Especial de Exportação de Produtos para o Combate do Covid-19, da SUEXT. (Incluído pela Portaria Secex nº 16, de 2020) (Revogado pela Portaria Secex nº 188, de 2022)

§1º O número gerado pelo sistema deve ser informado para vinculação ao item da DUE, mesmo que o documento de exportação emitido pelo LPCO tenha numeração própria.

§2º A vinculação do documento de exportação emitido por meio do LPCO à DUE poderá ser efetuada a qualquer tempo, inclusive após o desembaraço, no caso de documentos de exportação não mencionados neste artigo.

Subseção II Da inspeção física ou documental

Art. 10. A inspeção física da mercadoria ou da documentação que ampara a operação de exportação poderá condicionar a obtenção dos seguintes documentos sob a administração: (Redação dada pela Portaria Secex nº 64, de 2020)

I – do MAPA:

- a) Certificado Sanitário de Produtos de Origem Animal;
- b) Declaração Agropecuária de Trânsito com Embarque Antecipado;
- c) Certificado Fitossanitário de Castanhas e Amendoins com destino à União Europeia;
- d) Certificação para Produtos de Origem Vegetal com Embarque Antecipado;
- e) Certificação para Produtos de Origem Vegetal;
- f) Certificação para Produtos de Origem Vegetal de Comércio Fronteiriço e Remessa Expressa (DRE); e
- f) Certificação para Produtos de Origem Vegetal de Comércio Fronteiriço e Remessa Expressa (DRE); (Redação dada pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- g) E-Phyto;
- h) Certificação para Café em Grãos; e (Incluído pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- h) Certificação para Café em Grãos; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- i) Certificado Sanitário Vegetal (CSIV); (Incluído pela Portaria Secex nº 95, de 2021)

- j) DCPAA Trânsito; (Incluído pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- k) DCPAA Solicitação de CSI; e (Incluído pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- l) Certificação para animais vivos, produtos de origem animal, insumos, medicamentos veterinários e afins; e (Incluído pela Portaria Secex nº 296, de 2024)
- II da ANVISA: (Redação dada pela Portaria Secex nº 101, de 2021)
- a) Terapia Avançada; e
- b) Sangue e Hemocomponentes.
- Art. 11. O órgão definirá se realizará a verificação física ou documental mediante gestão de riscos.

Subseção III Dos documentos válidos para mais de uma operação de exportação

- Art. 12. Os seguintes documentos de exportação emitidos por meio do LPCO são válidos para mais de uma operação de exportação, desde que dentro de seu prazo de validade e enquanto houver saldo de operação de exportação:
- I Licença de Exportação, da ANP;
- II Registro de Medicamentos do tipo AFEX, e a AE, na ANVISA;
- III Proex Financiamento e Proex Equalização, do BB;
- IV Documento de Financiamento RCE, do BNDES;
- V Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar União Europeia (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton União Europeia (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017) e Cota Argentina Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991), da SUEXT; (Redação dada pela Portaria Secex nº 34, de 2020)
- V Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar União Europeia (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton União Europeia (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia

- Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Argentina - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991) e Cota Paraguai - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 74, de 2020), da SUEXT; (Redação dada pela Portaria Secex nº 19, de 2020)

V - Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite - Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar - União Europeia (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton - União Europeia (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) - União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) - União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Argentina - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991) e Cota Paraguai - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 74, de 2020), do Decex; (Redação dada pela Portaria Secex nº 240, de 2023)

VI - Licença de Produtos da Faixa Verde e Autorização de Exportação de Produtos Controlados pelo Exército para Provisão de Bordo, da DFPC; (Redação dada pela Portaria Secex nº 38, de 2019)

VII - Licença de Exportação de Peixes de Águas Marinhas, do Ibama; e (Revogado pela Portaria Secex nº 64, de 2020)

VIII - sob a administração do MAPA: (Redação dada pela Portaria Secex nº 143, de 2021)

- a) Certificação para Produtos de Origem Vegetal de Comércio Fronteiriço e Remessa Expressa (DRE);
- b) E-Phyto;
- c) Certificação para Produtos de Origem Vegetal Castanhas e Amendoins com destino à União Europeia;
- d) Certificação para Produtos de Origem Vegetal com Embarque Antecipado;
- e) Certificação para Produtos de Origem Vegetal;
- f) Certificação para Café em Grãos; e
- g) Certificado Sanitário Vegetal (CSIV);
- IX sob a administração da da Polícia Federal:
- a) Licença Não-Restritiva Lista VII; e

- b) Licença Não-Restritiva; e
- X Seguro de Crédito à Exportação (Pós Embarque) e Seguro de Crédito à Exportação Defesa e Garantias (Pré-Embarque), sob competência da SE-Camex e operacionalizado pela ABGF. (Incluído pela Portaria Secex nº 240, de 2023)
- X Seguro de Crédito à Exportação (Pós Embarque) e Seguro de Crédito à Exportação Obrigações contratuais (Pré-Embarque), sob competência da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior e operacionalizado pela ABGF. (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- § 1º As Licenças Não-Restritiva Lista VII e Não Restritiva, da PF, a que se referem o inciso IX, possuem validade por período de 90 (noventa) dias ou até o limite da quantidade previamente autorizada. (Incluído pela Portaria Secex nº 38, de 2019) (Revogado pela Portaria Secex nº 64, de 2020)
- § 2º A Autorização de Exportação de Produtos Controlados pelo Exército para Provisão de Bordo, da DFPC é válida:
- I por um período de 12 (doze) meses a partir de seu deferimento; e II para um mesmo importador e mesmo produto. (Incluído pela Portaria Secex nº 38, de 2019)
- § 2º A Autorização de Exportação de Produtos Controlados pelo Exército para Provisão de Bordo, da DFPC é válida por um período de 12 (doze) meses a partir de seu deferimento.
- Art. 13. O documento de exportação emitido por meio do LPCO somente poderá ser vinculado a uma única DUE, ainda que esteja relacionado a vários itens da mesma DUE, quando não estiver arrolado no art. 12.

Parágrafo único. Os itens de uma mesma DUE são considerados como integrantes da mesma operação de exportação.

Subseção IV Da responsabilidade de preenchimento do documento de exportação

- Art. 14. A responsabilidade pelo preenchimento de formulários de documentos de exportação no LPCO será:
- I do exportador no caso de:
- a) sob a administração da ANVISA: (Redação dada pela Portaria Secex n 64, de 2020)
- a.1) Registro de Medicamentos do tipo AFEX;
- 1. Registro de Medicamentos do tipo Autorização de Fabricação para Fim Exclusivo de Exportação (AFEX); (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)

a.2) AE;

- 2. Autorização Especial (AE); (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- a.3) Terapia Avançada; e
- 3. Terapia Avançada; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- a.4) Sangue e Hemocomponentes; (Redação dada pela Portaria Secex nº 101, de 2021)
- 4. Sangue e Hemocomponentes; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- b) Licença de Exportação Mineral, de Equipamentos Emissores de Radiação, de Fontes de Radiação, da CNEN;
- c) sob administração da DFPC: (Redação dada pela Portaria Secex nº 64, de 2020)
- c.1) Licença de Produtos da Faixa Verde;
- 1. Licença de Produtos da Faixa Verde; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- c.2) Licença de Produtos da Faixa Amarela;
- 2. Licença de Produtos da Faixa Amarela; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- c.3) Licença de Produtos da Faixa Vermelha; e
- 3. Licença de Produtos da Faixa Vermelha; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- c.4) Autorização de Exportação de Produtos Controlados pelo Exército para Provisões de Bordo;
- 4. Autorização de Exportação de Produtos Controlados pelo Exército para Provisões de Bordo; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- d) sob a administração da Polícia Federal, Licença: (Redação dada pela Portaria Secex nº 64, de 2020)
- d.1) Restritiva;
- 1. Restritiva; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- d.2) Não-Restritiva Lista VII; e
- 2. Não-Restritiva Lista VII; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- d.3) Não-Restritiva, da Polícia Federal;

- 3. Não-Restritiva, da Polícia Federal; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- e) sob a administração do Ibama: (Redação dada pela Portaria Secex nº 64, de 2020)
- e.1) de Exportação de Peixes de Águas Continentais;
- 1. de Exportação de Peixes de Águas Continentais; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- e.2) de Águas Marinhas;
- 2. de Águas Marinhas; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- e.3) de tora ou madeira serrada acima de 250mm de espessura, de espécies nativas; e.3) de madeiras em tora de espécies nativas, de madeira serrada acima de 250 mm de espessura de espécies nativas e de lenha de espécies nativas, de resíduos de processamento industrial de madeira; (Redação dada pela Portaria Secex nº 95, de 2021) e.3) de tora, madeira acima de 250mm de espessura e de lenha, de espécies nativa; (Redação dada pela Portaria Secex nº 115, de 2021)
- 3. de tora, madeira acima de 250mm de espessura e de lenha, de espécies nativa; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- e.4) de substâncias que destroem a Camada de Ozônio (Protocolo de Montreal); e e.4) de substâncias que destroem a Camada de Ozônio (Protocolo de Montreal); (Redação dada pela Portaria Secex nº 115, de 2021)
- 4. de substâncias que destroem a Camada de Ozônio (Protocolo de Montreal); (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- e.5) de carvão;
- e.5) de carvão vegetal de espécies nativas; (Redação dada pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- e.5) de carvão vegetal de espécies nativas; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 115, de 2021)
- e.5) de carvão vegetal de espécies nativas; (Redação dada pela Portaria Secex nº 225, de 2022)
- 5. de carvão vegetal de espécies nativas; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- e.6) de Madeiras de Espécies Nativas; (Incluído pela Portaria Secex nº 115, de 2021) e.6) de madeiras de espécies nativas; (Redação dada pela Portaria Secex nº 225, de 2022)
- 6. de madeiras de espécies nativas; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- e.7) de espécimes, produtos e subprodutos da flora silvestre brasileira ou exótica constantes nos anexos da Convenção Internacional sobre o Comércio das Espécies da Flora

- e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites); e (Incluído pela Portaria Secex nº 168, de 2022)
- e.7) de espécimes, produtos e subprodutos da flora silvestre brasileira ou exótica constantes nos anexos da Convenção Internacional sobre o Comércio das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites); (Redação dada pela Portaria Secex nº 225, de 2022)
- 7. de espécimes, produtos e subprodutos da flora silvestre brasileira ou exótica constantes nos anexos da Convenção Internacional sobre o Comércio das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites); (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- e.8) de espécimes, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira ou exótica, constante ou não nos anexos da Cites. (Incluído pela Portaria Secex nº 168, de 2022)
- e.8) de espécimes, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira ou exótica, constante ou não nos anexos da Cites; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 225, de 2022)
- 8. de espécimes, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira ou exótica, constante ou não nos anexos da Cites; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- e.9) de espécimes, produtos e subprodutos de tubarão e cação; (Incluído pela Portaria Secex nº 225, de 2022)
- 9. de espécimes, produtos e subprodutos de tubarão e cação; (Incluído pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- f) sob a administração do MAPA: (Redação dada pela Portaria Secex nº 64, de 2020)
- f.1) Certificado Sanitário de Produtos de Origem Animal;
- 1. Certificado Sanitário de Produtos de Origem Animal; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- f.2) Declaração Agropecuária de Trânsito com Embarque Antecipado;
- 2. Declaração Agropecuária de Trânsito com Embarque Antecipado; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- f.3) Certificado Fitossanitário de Castanhas e Amendoins com destino à União Europeia;
- 3. Certificado Fitossanitário de Castanhas e Amendoins com destino à União Europeia; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- f.4) Certificação para Produtos de Origem Vegetal com Embarque Antecipado;
- 4. Certificação para Produtos de Origem Vegetal com Embarque Antecipado; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)

- f.5) Certificação para Produtos de Origem Vegetal; e
- f.5) Certificação para Produtos de Origem Vegetal; (Redação dada pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- 5. Certificação para Produtos de Origem Vegetal; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- f.6) E-Phyto;
- 6. E-Phyto; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- f.7) Certificação para Café em Grãos; e (Incluído pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- 7. Certificação para Café em Grãos; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- f.8) Certificado Sanitário Vegetal (CSIV); (Incluído pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- 8. Certificado Sanitário Vegetal (CSIV); (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- 9. DCPAA Trânsito; (Incluído pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- 10. DCPAA Solicitação de CSI; e (Incluído pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- 11. Certificação para animais vivos, produtos de origem animal, insumos, medicamentos veterinários e afins; (Incluído pela Portaria Secex nº 296, de 2024)
- g) Licença de Exportação da Área Química e da Área Nuclear, Mísseis e Biológica, do MCTI; (Redação dada pela Portaria Secex nº 64, de 2020)
- h) Pedido de Exportação de Produtos de Defesa, do MD;
- i) Certificação para Produtos de Origem Vegetal de Comércio Fronteiriço e Remessa Expressa (DRE), do MAPA;
- j) Autorização de Saída de Bens Arqueológicos para Análise ou Exposição, Declaração de Saída de Bens Culturais e Autorização de Saída Temporária de Bens Acautelados, do IPHAN; (Incluído pela Portaria Secex nº 34, de 2019)
- k) Licença Especial de Exportação de Produtos para o Combate do Covid-19, da SUEXT. (Incluído pela Portaria Secex nº 16, de 2020) (Revogado pela Portaria Secex nº 188, de 2022)
- I) Certificado de Origem Digital de Cota Frango (FIFO) União Europeia e Reino Unido, e Certificado de Origem Digital de Cota Frango (Performance) União Europeia e Reino Unido, do Decex; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 240, de 2023)

- m) Seguro de Crédito à Exportação (Pós Embarque) e Seguro de Crédito à Exportação Defesa e Garantias (Pré-Embarque), sob competência da SE-Camex e operacionalizado pela ABGF; (Incluído pela Portaria Secex nº 240, de 2023)
- m) Seguro de Crédito à Exportação (Pós Embarque) e Seguro de Crédito à Exportação Obrigações contratuais (Pré-Embarque), sob competência da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior e operacionalizado pela ABGF; (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)
- II do órgão ou entidade anuente, de ofício, no caso de:
- a) Certificado do Processo Kimberley, da ANM;
- b) Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar União Europeia (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton União Europeia (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Argentina Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991) e Cota Paraguai Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 74, de 2020), da SUEXT; (Redação dada pela Portaria Secex nº 55, de 2020)
- b) Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar União Europeia (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton União Europeia (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017) e Cota Argentina Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991), da SUEXT; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 34, de 2020)
- b) Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar União Europeia e Reino Unido (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton União Europeia e Reino Unido (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) União Europeia e Reino Unido (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) União Europeia e Reino Unido (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Argentina Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991) e Cota Paraguai Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 74, de 2020), do DECEX, exceto o

documento referido na alínea "I" do inciso I; (Redação dada pela Portaria Secex nº 236, de 2023)

- c) de espécimes, produtos e subprodutos da flora silvestre brasileira e exótica constantes nos anexos da Convenção Internacional sobre o Comércio das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites) e espécimes, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e exótica, constantes ou não nos anexos da Cites, no Ibama; (Redação dada pela Portaria Secex nº 64, de 2020)
- c) de espécimes, produtos e subprodutos: (Redação dada pela Portaria Secex nº 115, de 2021) (Revogado pela Portaria Secex nº 168, de 2022)
- c.1) da flora silvestre brasileira e exótica constantes nos anexos da Convenção Internacional sobre o Comércio das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites); e
- c.2) da fauna silvestre brasileira e exótica, constante ou não nos anexos da Cites; e
- III de ambos o exportador e o órgão ou entidade anuente, no caso de:
- a) Permissão para Exportação de Fósseis, da ANM; (Revogado pela Portaria Secex nº 184, de 2022)
- b) Licença de Exportação, da ANP;
- c) AEX, da ANVISA;
- d) Proex Financiamento e Proex Equalização, do BB; e
- e) Financiamento da Linha RCE, do BNDES.

Parágrafo único. As seguintes regras aplicam-se aos documentos mencionados no inciso II:

- I a forma de apresentação do pedido do documento de exportação ao órgão ou entidade anuente será definida em regulamentação por ele emitida;
- II o órgão ou entidade anuente será responsável pela comunicação ao exportador do número do documento de exportação para a vinculação deste à DUE;
- III o exportador poderá consultar se o documento de exportação foi gerado no sistema independentemente da comunicação pelo anuente; e
- IV não haverá acesso ao formulário para preenchimento do documento de exportação na lista oferecida por meio do LPCO.

Subseção V Dos documentos de exportação que podem ser utilizados por mais de um estabelecimento

Art. 15. Os documentos a seguir podem ser utilizados por mais de um estabelecimento, matriz ou filial, de uma mesma empresa, devendo os oito primeiros dígitos do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ser comuns a todos os estabelecimentos:

I – Permissão para Exportação de Fósseis, da ANM; (Revogado pela Portaria Secex nº 184, de 2022)

II – Licença de Exportação, da ANP;

III – Proex Financiamento e Proex Equalização, do BB;

IV – Financiamento da Linha RCE, do BNDES;

V— Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Hilton — União Europeia (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) — União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) — União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia — Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia — Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017) e Cota Argentina — Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991), da SUEXT; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 34, de 2020)

V Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Hilton União Europeia (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) - União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Argentina - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991) e Cota Paraguai - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 74, de 2020), da SUEXT; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 55, de 2020)

V - Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Hilton - União Europeia e Reino Unido (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) - União Europeia e Reino Unido (Regulamentos (CE) nº 616/2007, de 2007, nº 1246/2012, de 2012, Regulamento de Execução 2019/386, de 2019, Regulamento de Execução 2020/761, de 17 de dezembro de 2019, e The Customs (Tariff Quotas) (EU Exit) Regulations 2020, de 15 de dezembro de 2020), Cota Frango (Performance) - União Europeia e Reino Unido ((Regulamentos (CE) nº 616/2007, de 2007, nº 1246/2012, de 2012, Regulamento de Execução 2019/386, de 2019, Regulamento de Execução 2020/761, de 17 de dezembro de 2019, e The Customs (Tariff Quotas) (EU Exit) Regulations 2020, de 15 de dezembro de 2020), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Argentina - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991) e Cota Paraguai - Veículos Automotores

(Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 74, de 2020), do DECEX; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 236, de 2023)

- VI sob a administração do MAPA: (Redação dada pela Portaria Secex nº 64, de 2020)
- a) Certificado Fitossanitário de Castanhas e Amendoins com destino à União Europeia;
- b) Certificação para Produtos de Origem Vegetal com Embarque Antecipado;
- c) Certificação para Produtos de Origem Vegetal;
- d) Certificação para Produtos de Origem Vegetal de Comércio Fronteiriço e Remessa Expressa (DRE);
- e) E-Phyto.
- e) E-Phyto; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- f) Certificação para Café em Grãos; e (Incluído pela Portaria Secex nº 95, de 2021)
- VII Seguro de Crédito à Exportação (Pós Embarque) e Seguro de Crédito à Exportação Defesa e Garantias (Pré Embarque), sob competência da SE Camex e operacionalizado pela ABGF. (Incluído pela Portaria Secex nº 240, de 2023)
- VII Seguro de Crédito à Exportação (Pós Embarque) e Seguro de Crédito à Exportação Obrigações contratuais (Pré-Embarque), sob competência da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior e operacionalizado pela ABGF. (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)

Parágrafo único. A empresa que realizar exportação de produto sujeito a outros documentos de exportação emitidos por meio do LPCO que não estejam arrolados no **caput** deste artigo deverá solicitá-los utilizando o mesmo CNPJ de 14 (catorze) dígitos informado, como Exportador, na DUE.

Subseção VI

Do controle de quantidades ou valores de documentos de exportação emitidos por meio do LPCO

- Art. 16. Haverá controle das quantidades ou valores exportados e dos saldos restantes caso o documento de exportação emitido por meio do LPCO ampare diversas operações de exportação nos termos do art. 12.
- §1º O controle dos saldos ocorrerá no momento da vinculação do documento de exportação emitido por meio do LPCO a uma DUE.
- §2º A quantidade ou o valor correspondente ao declarado para a mercadoria no item da DUE a qual o documento de exportação emitido por meio do LPCO encontra-se vinculado será abatido, podendo ser ainda efetuadas exportações subsequentes ao amparo do

documento, até os limites de quantidade ou valor restantes, dentro do seu período de validade.

§3º A quantidade ou valor correspondente à DUE cujo vínculo ao documento de exportação seja cancelado serão reestabelecidos no saldo do documento.

§4º O cancelamento do vínculo do documento de exportação com a DUE também poderá ocorrer se os itens da DUE forem excluídos ou se a DUE for cancelada.

§5º Haverá ainda o estorno de saldo de valor ou quantidade quando ocorrer o cancelamento do vínculo do documento de exportação com a DUE após a averbação desta nos seguintes casos:

I — Proex Financiamento e Proex Equalização, do BB; (Revogado pela Portaria Secex nº 115, de 2021)

II – Financiamento da Linha RCE, do BNDES;

III — Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite — Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar — União Europeia (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton — União Europeia (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) — União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) — União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia — Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia — Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017) e Cota Argentina — Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991), da SUEXT. (Redação dada pela Portaria Secex nº 34, de 2020)

III - Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite - Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar - União Europeia (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton - União Europeia (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) - União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) - União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Argentina - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991) e Cota Paraguai - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 74, de 2020), da SUEXT. (Redação dada pela Portaria Secex nº 55, de 2020)

III - Licença de Exportação de Cota Leite - Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar - União Europeia (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton - União Europeia e Reino Unido (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) - União Europeia e Reino Unido (Regulamentos (CE) nº 616/2007, de 2007, nº 1246/2012, de 2012, Regulamento de Execução 2019/386, de 2019, Regulamento de Execução 2020/761, de 17 de dezembro de 2019, e The Customs (Tariff Quotas) (EU Exit) Regulations 2020, de 15 de dezembro de 2020), Cota Frango

(Performance) - União Europeia e Reino Unido (Regulamentos (CE) nº 616/2007, de 2007, nº 1246/2012, de 2012, Regulamento de Execução 2019/386, de 2019, Regulamento de Execução 2020/761, de 17 de dezembro de 2019, e The Customs (Tariff Quotas) (EU Exit) Regulations 2020, de 15 de dezembro de 2020), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017) e Cota Argentina - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991), da SUEXT. (Redação dada pela Portaria Secex nº 34, de 2020) III - Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite - Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar - União Europeia (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton - União Europeia (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) - União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) - União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia -Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Argentina Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991) e Cota Paraguai Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 74, de 2020), do DECEX. (Redação dada pela Portaria Secex nº 236, de 2023)

III - Licença de Exportação e Certificado de Origem de Cota Leite - Colômbia (Acordo de Complementação Econômica nº 59, de 2003), Cota Açúcar - União Europeia (Regulamento CE nº 891, de 2009), Cota Hilton - União Europeia (Regulamento CE nº 810, de 2008 e 880, de 2009), Cota Frango (FIFO) - União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Frango (Performance) - União Europeia (Regulamento CE nº 616, de 2007), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 35%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Colômbia - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional = 50%, Acordo de Complementação Econômica nº 72, de 2017), Cota Argentina -Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 14, de 1991) e Cota Paraguai - Veículos Automotores (Valor de Conteúdo Regional >=35%, Acordo de Complementação Econômica nº 74, de 2020), e Certificado de Origem Digital de Cota Frango (FIFO) Reino Unido (Regulamentos (CE) nº 616/2007, de 2007, nº 1246/2012, de 2012, Regulamento de Execução 2019/386, de 2019, Regulamento de Execução 2020/761, de 17 de dezembro de 2019, e The Customs (Tariff Quotas) (EU Exit) Regulations 2020, de 15 de dezembro de 2020), e Certificado de Origem Digital de Cota Frango (Performance) Reino Unido (Regulamentos (CE) nº 616/2007, de 2007, nº 1246/2012, de 2012, Regulamento de Execução 2019/386, de 2019, Regulamento de Execução 2020/761, de 17 de dezembro de 2019, e The Customs (Tariff Quotas) (EU Exit) Regulations 2020, de 15 de dezembro de 2020), do Decex; e (Redação dada pela Portaria Secex nº 240, de 2023)

IV - Seguro de Crédito à Exportação (Pós Embarque) e Seguro de Crédito à Exportação Defesa e Garantias (Pré-Embarque), sob competência da SE-Camex e operacionalizado pela ABGF. (Incluído pela Portaria Secex nº 240, de 2023)

IV - Seguro de Crédito à Exportação (Pós Embarque) e Seguro de Crédito à Exportação - Obrigações contratuais (Pré-Embarque), sob competência da Secretaria-Executiva da

Câmara de Comércio Exterior e operacionalizado pela ABGF. (Redação dada pela Portaria Secex nº 278, de 2023)

§6º As quantidades, os valores ou os pesos consumidos informados no documento de exportação serão devolvidos e poderão novamente ser consumidos, desde que dentro do prazo de vigência e enquanto houver saldo suficiente.

Subseção VII Da solicitação via serviço

Art. 17. Todos os documentos de exportação emitidos por meio do LPCO mencionados nas subseções I a VI poderão ser requeridos mediante serviço informatizado de comunicação de dados (webservice). (Redação dada pela Portaria Secex nº 34, de 2019)

Parágrafo único. As instruções para o envio de dados e a integração de sistemas para a utilização de webservice estão disponíveis no endereço eletrônico "siscomex.gov.br".

Capítulo III Disposições finais

Art. 18. Ficam revogados os arts. 1º ao 7º e 8º da Portaria Secex nº 52, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

